



***Minuta de Contrato**
CONTRATO N.º */2024**

Leilão Eletrônico nº 003/2024
Processo Adm. nº 100/2024

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG nº 45.659.022-5 SSP/SP e CPF nº 303.493.438-61, e do outro lado a empresa _____, com sede na _____, n.º _____, _____, no município de _____, Estado de _____, com registro no CNPJ/MF sob n.º _____, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr. _____, _____, portador do RG n.º _____ e CPF n.º _____, tem entre si, justo e avençado a presente ata, devidamente precedida da licitação, realizada na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, regendo-se pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, e dos Decretos Executivos nº 220/2023 e 714/2023 e ainda, pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

- 1.1. Concessão de uso de espaços físicos nas dependências da SEDECON, sito à Rua Coronel Joaquim Gabriel, nº 11 – Centro, para exploração da atividade de café e afins, conforme termo de referência.
- 1.2. O estabelecimento deverá ser mantido em funcionamento, no mínimo, de segunda a sexta-feira, das 11:00 às 21:00 horas.
- 1.2.1. O horário de funcionamento do estabelecimento somente poderá ser alterado mediante autorização por escrito da Prefeitura e solicitado com antecedência pela concessionária.
- 1.3. Será proibida a comercialização de quaisquer substâncias psicoativas, estando a concessionária, em caso de descumprimento, sujeita a multa e rescisão do contrato.
- 1.4. Poderá a concessionária realizar, às suas expensas, as adequações físicas que entender convenientes para melhorar as condições de atendimento no estabelecimento comercial, desde que estas não interfiram no perfeito funcionamento do prédio, que estejam em consonância com a arquitetura do prédio, e desde que sejam autorizadas pela Prefeitura. Tais benfeitorias serão feitas às expensas da concessionária e integrarão o patrimônio da Prefeitura Municipal, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária e não podendo ser retiradas ao final da concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. O valor da concessão é de **R\$** _____ (_____) mensais.



2.2. A concessionária deverá efetuar o pagamento mensal da concessão **até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.**

2.3. Obrigatoriamente o pagamento será realizado via GUIA, que será emitida pela Prefeitura, para controle do setor de arrecadação e financeiro/contábil, pois é criado um código específico de cada processo e valor.

2.4. Para efetuar os pagamentos a concessionária deverá comparecer ao Setor de Protocolos da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da respectiva guia para recolhimento em agência bancária.

2.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DESISTÊNCIA

3.1. No caso de desistência do uso do espaço público, objeto do leilão, o licitante vencedor pagará multa correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) do valor da proposta.

3.2. Além dos casos já previstos neste Edital, dar-se-á como desistente, o ARREMATANTE que:

3.2.1. Não formalizar a venda, ocasionada pela não efetivação do pagamento no prazo estabelecido, por motivos ocasionados pelo ARREMATANTE, inclusive restrições cadastrais;

3.2.2. Não pagar o valor proposto no prazo especificado.

3.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da autorização por escrito da Prefeitura, sendo prorrogado automaticamente, até o limite permitido na Lei Federal nº 14.133/2021, se não houver comunicação por escrito de nenhuma das partes.

CLÁUSULA QUINTA DAS RESPONSABILIDADES

5.1. Não poderá ser dado à área concedida destinação diversa da objetivada no presente edital.

5.2. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade comercial a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários, devendo estes serem do mesmo padrão dos existentes nas demais dependências do prédio e/ou aprovados pela SEDECON.



5.3. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da SEDECON.

5.4. As benfeitorias citadas no item anterior, caso autorizadas, serão feitas às expensas da concessionária e integrarão o patrimônio da Prefeitura, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária, e não podendo ser retiradas ao final da concessão.

5.5. Caso não possua, deverá a concessionária providenciar a inscrição do seu estabelecimento comercial junto à Prefeitura e também junto à Vigilância Sanitária e aos órgãos estadual e federal competentes, inclusive Corpo de Bombeiros, afixando em local visível os respectivos Alvarás de Funcionamento.

5.6. Ficará a concessionária obrigado a desocupar o imóvel no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após o término do contrato de concessão.

5.7. Será expressamente proibida a sublocação do imóvel objeto da presente licitação.

5.8. As obrigações, vedações e responsabilidades estão descritas no Termo de Referência deste Edital, que independentemente de transcrição faz parte integrante desta Licitação.

5.9. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados aos cidadãos, ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Leiloeiro/Agente de Contratação durante o certame;

6.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

6.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

6.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

6.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

6.2.4. não efetuar o pagamento e não entregar a documentação exigida para a formalização da venda, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.2.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

6.2.6. fraudar a licitação;

6.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.2.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.2.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.2.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

6.2.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



6.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.3.1. advertência;

6.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal da concessão, caso o pagamento da concessão não seja efetuado no prazo estipulado;

6.3.3. Multa de 3 (três) vezes o valor mensal da concessão, caso a adjudicatária descumpra quaisquer cláusulas do edital e do contrato, ou caso o pagamento da concessão não seja efetuado por dois meses consecutivos;

6.3.4. Multa de 5 (cinco) vezes o valor mensal da concessão, caso a adjudicatária não aceite a contratação, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Administração;

6.3.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 3 (três) anos;

6.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.5. A multa será recolhida em percentual de 1% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, de acordo com a gravidade do caso, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

6.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, de acordo com a Lei 14.133/2021.

6.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de sua intimação.

6.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO



7.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lençóis Paulista para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente CONTRATO, renunciando-se a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo presente, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, ____ de _____ de 2024.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

Luiz Fernando de Campos
Secretário de Suprimentos e Licitações

Responsável
Cargo

TESTEMUNHAS:

1- _____
Nome:
RG:

2- _____
Nome:
RG: